

Passagens. Revista Internacional de História

Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Gurgel, Claudio

CRISE ECONÔMICA: PÚBLICO E PRIVADO EM ALIANÇA CONSERVADORA

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 1, núm. 2, julio-diciembre,

2009

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327171007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

**CRISE ECONÔMICA:
PÚBLICO E PRIVADO EM ALIANÇA CONSERVADORA
CRISIS IN THE ECONOMY:
PUBLIC AND PRIVATE SECTORS IN CONSERVARTIVE ALLIANCE**

DOI: 10.5533/1984-2503-20091206

Claudio Gurgel

RESUMO

A crise da economia mundial tem três explicações gerais: a tese neoliberal contemporânea, a antiga fórmula keynesiana e a análise marxista das contradições do capitalismo. A estas explicações correspondem saídas. Mas a perspectiva de colocação da economia a serviço de uma sociedade solidária não parece fazer parte das saídas que estão se apresentando. Mais uma vez o público e o privado se unem para manter o primado do lucro. Supõe-se que toda crise é acompanhada e seguida de uma onda de reestruturações, mais ou menos profundas, conforme os setores e as regiões referentes. Mas, diferentemente dos anos 1930 a crise não trouxe qualquer mudança significativa, ainda que reformista.

Palavras-chave: crise, economia, público.

RESUMEN

La crisis de la economía mundial tiene tres explicaciones clásicas: la neoliberal, la keynesiana y la marxista. Para estas explicaciones corresponden salidas. Pero la perspectiva de poner la economía al servicio de una sociedad solidaria no hace parte de las salidas que se están presentando. Una vez más lo público y lo privado se unen para mantener el primado del lucro. Se supone que toda crisis es acompañada y seguida de una ola de reestructuraciones, más o menos profundas,

de acuerdo com los setores y las regiones referentes. Pero, de forma diferente de los años 1930, la crisis no trajo qualquier mudanza significativa, aunque reformista.

Palabras- clave: crisis, economía, público.

ABSTRACT

The crisis in the global economy has three general explanations: the contemporary liberal theory, the old formula Keynesian and Marxist analysis of the contradictions of capitalism. These explanations are outputs. But the prospect of placing the economy at the service of a caring society does not seem to be part of the exits that are presenting. Once again the public and private sectors join together to maintain the rule of profit. It is supposed that every crisis is accompanied and followed by a wave of restructuring, more or less deep, as the sectors and regions concerned. But unlike the 1930s, the crisis has not brought any significant change, even reformist.

Keywords: crisis, economy, public.

RÉSUMÉ

La crise de l'économie mondiale a trois explications généraux: la thèse néolibéral contemporaine, la ancienne formule keynesiane et la analyse marxiste des contradicções du capitalisme. A chaque explicacion a une réponse. Mais la perspective de utiliser l'économie a bien de une société solidaire ne pas faire part des sorties de la crise que sont démonstrés. Plus un fois le public et le privé se lie pour lucre. Aparentement toute crise s'accompagne d'une vague de restructurations, plus ou moins profondes selon les secteurs et les régions concernées. Mais, differentement des années 1930, la crise actuelle ne trouve pas de change significative, ni reformiste.

Mots-clés: crise, économie, publique.

“É preciso mudar, para que tudo continue como está”
Tomasi di Lampedusa, in *Il Gattopardo*.

A crise que abalou as economias mundiais foi, como diria Garcia Marquez, uma morte anunciada. Claro que, dirão outros, nada é mais fácil de prever do que aquilo que já aconteceu. Mas, de fato, os revisionistas, de Bernstein a Suslov, nenhum ousou negar o caráter crítico do capitalismo e seu comportamento ciclotímico. Além dos marxistas, outras correntes de pensamento, que vêm de Kondratiev e passam por Keynes, reafirmam que o sistema tem mecanismos estruturais que o levam a periodicamente, em movimentos cíclicos, se contrair e viver momento, maior ou menor, de incapacidade, acompanhada por queda da produção e desemprego de fatores, em especial o fator humano.

Nas palavras de Keynes,

“por movimentos cíclicos queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo em direção ascendente, as forças que o impelem para cima começam adquirindo impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas que operam em sentido oposto... existe certo grau de regularidade na sequência e duração das fases ascendentes e descententes”¹

Portanto, quando estamos falando da crise, estamos nos referindo a um processo contínuo, a que igualmente Marx caracteriza como ondulatório: “As crises sempre representam apenas a solução violenta e temporária das contradições existentes, são explosões violentas que restabelecem o equilíbrio violado”². A antecedência da crise terá sido marcada por uma direção ascendente, como diz Keynes, em que o capital acumulou intensamente.

De fato, o que se verifica antes da crise é a elevada produtividade dos fatores, o aumento dos depósitos em banco e a recuperação das taxas de incremento dos produtos brutos dos países centrais e até mesmo dos países

¹ KEYNES, John M.(1964). *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, p.299/300.

² MARX, Karl (1978). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 259.

periféricos, chamados de emergentes. Segundo o Relatório Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2007, do Banco Mundial, a taxa média de crescimento do Produto Bruto mundial esteve em 3,9% de 2000 a 2006 (Banco Mundial, 2007). Segundo Leiva, os lucros globais das empresas, nos EUA, saltam de U\$ 801,6 bilhões, em 1998, para U\$ 1.309,6, em 2005.³ O mesmo acontece no Brasil, entre as empresas não-financeiras, conforme Pierre Salama.⁴ Vivia, pois, o capitalismo um momento positivo, não sendo justo afirmar, como alguns, que a crise resultou da tendência histórica da queda na taxa de lucro.

Atribuir a crise atual à tendência à queda da taxa de lucro é fazer o rabo balançar o cachorro, porque esta tendência está associada à acumulação, ao crescimento do capital, principalmente em sua forma material. É acessório do sistema, uma manifestação secundária, não fundamental. A tendência à queda na taxa de lucro, em linguagem marxista, é um desequilíbrio entre o capital constante e o capital variável. O aumento da acumulação propicia que os empresários vão em busca de custos baixos e inovação para melhor se posicionarem no mercado, ampliem *market-share* e assumirem a liderança do setor. Para isto, fazem investimentos em máquinas e tecnologia.

No caso, quando o capital constante ou fixo, na linguagem clássica, se eleva, eleva consigo a capacidade de fazer com que o trabalhador produza mais valor em menos horas. Ainda que a taxa de lucro caia, porque ela é uma relação entre lucro e capital total, a massa de valor cresce. Como dizem os manuais de economia marxista “*a queda na taxa de lucro não significa a diminuição da massa de lucro, isto é, de todo volume de mais-valia produzido pela classe operária. Ao contrário, a massa de lucros cresce*”.⁵

Sim, claro, a massa de lucros cresce, porque, com máquinas e tecnologia avançadas, se eleva a produtividade e se produzem a custos baixos com consequentes preços acessíveis. Isto não é motivo de crise: isto é motivo de

³ LEIVA, Orlando Caputo (2009). “A economia mundial e a América Latina no início do século XXI”. In: Martins, Carlos Eduardo e Valêncio, Adrán Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 141.

⁴ SALAMA, Pierre (2009). “A abertura revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio”. In: Martins, C. E. e Valêncio, A. S. Op. Cit., p. 218.

⁵ OSTROVITIANOV, K.V. et alli (1961). *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, p. 166.

vendas e acumulação. Entretanto, é motivo também da queda da taxa, que é, como já dissemos, uma relação entre o lucro e o capital total (constante ou fixo + variável): $L/F + V$. Como é também motivo de tensão cada vez maior entre capital e trabalho, face à pressão exercida pelo capital em busca de produtividade. Seria motivo, por último, de uma crise política, caso as forças políticas representantes do interesse dos trabalhadores contassem com meios, materiais e subjetivos, capazes de reagir à altura ou mais que à altura. Não parece ser o caso.

1. Causas e causas

Não sendo a crise, portanto, uma consequência da tendência à queda na taxa de lucro, a que se deve a crise atual?

Até o momento, as explicações para este fenômeno têm três fundamentos.

1.1 As causas segundo o neoliberalismo

O primeiro, mais conhecido, porque mais antigo e paradoxalmente mais contemporâneo, é que este comportamento é natural. A rigor, como lembra Harvey, “os neoliberais ortodoxos dirão sem dúvida que a recessão é indício de neoliberalização insuficiente ou imperfeita”.⁶ Faltou mais desregulamentação do trabalho, mais privatizações, mais gerencialismo no aparelho público, menos intervenção na economia por parte do Estado, menos tributos, menos regulação, menos fiscalização. Faltou mais do mesmo, portanto. Se houvesse mais neoliberalismo, o sistema estaria fortalecido. Como não está fortalecido o suficiente, se torna sensível, permeável por algo inadequado que lhe perturbou o desenvolvimento natural. O sistema adoeceu, mas, tão natural quanto a doença vem, a doença vai. Basta que se deixe acontecer, que se façam as reformas estruturais que estão faltando (trabalhista, previdenciária, tributária, etc) que os organismos bons vão se reforçar. Reforçados, eles ampararão, para usar uma expressão generosa, os organismos ruins. Além disto, fazem-se depurações, que purificam o ambiente e o tornam mais forte e saudável. A bem da verdade,

⁶ HARVEY, David (2005). *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 165.

segundo esta linha de pensamento, os organismos bons se tornarão mais fortes assimilando os organismos fragilizados e o sistema sairá mais poderoso. É claro que o processo vai fazer sangrar muitos corpos, mas é do sangue dos outros que se alimentam esses organismos bons. Nada é mais verdadeiro em relação ao sistema capitalista do que a afirmação de que é preciso que alguns morram para que outros vivam. É uma versão vampiresca do que temos visto, com as sucessivas fusões e incorporações, especialmente do sistema bancário. Nos Estados Unidos e na Europa, o final do ano de 2008 apresentou um espetáculo de incorporações bancárias, com grandes bancos assumindo pequenos, médios e igualmente grandes bancos. No Brasil, em curto espaço de tempo, o Itaú assimilou o Unibanco e o Santander adquiriu o Banco Real. O Banco do Brasil absorveu o Nossa Caixa e o tempo trará novos eventos do tipo. O mesmo ocorre em outros ramos da economia, como no momento em que escrevemos a Dow Chemical adquire sua concorrente, a Volks prepara-se para adquirir a Opel, como a FIAT absorveu a Chrysler, a Exxon compra a Móbil, a Rhodia consome a Hoeschst, a Tico ganha a AMP, no ramo da eletricidade, a Siebe a BTR, na engenharia, a International paper incorpora a Union Camp, a Agra Empreendimentos compra a Klabin Segall, a América Online a Netscape, a British se prepara para absorver a Ibéria, como a Ocean Air incorporou a BRA e a Perdigão fundiu-se com a Sadia.

Esta versão da crise concebe sua superação quando se esgotar o processo de depuração. A força econômica dos novos agentes inspirará confiança nos jogadores e se abrirá um novo ciclo de crescimento. É, como diria um meteorologista, tratando do clima e do tempo, (últimas coisas encantadas do mundo weberiano desencantado): depois da tempestade vem a bonança.

1. 2. As causas segundo os keynesianos

A segunda explicação é que o sistema é natural, muito bem, mas a sociedade não é. Desde que Hobbes e Locke distinguiram o Estado da Natureza da Sociedade Civil que se pode dizer, para os liberais, inclusive, que o Estado,

sob qualquer conceito, é necessário para tornar o mal natural um bem social. Ou, em respeito a Rousseau e ao próprio Locke, tornar protegido o bem natural. Isto é, diante de qualquer ameaça da natureza econômica há remédios, curativos e preventivos, que devem ser ministrados para evitar que os organismos mais frágeis caiam doentes. Uma vez que se entende que o capitalismo sadio é aquele de *mercado perfeito*, procura-se evitar a concentração econômica. A saúde, o mercado perfeito, é aquele de muitos compradores e muitos vendedores. Fusões, incorporações, aquisições são boas para quem compra, incorpora e adquire, mas não contribuem para que a economia capitalista funcione plenamente. Por mais paradoxal que seja, em defesa da concorrência, condena-se a *posição dominante*, conceito que no direito administrativo se entende como “*a detenção do controle de parcela substancial de mercado relevante por parte de empresa ou grupo de empresas (...) Esta será presumida quando há controle de 20% de mercado relevante*”⁷ Eis a razão pela qual existem leis anti-trustes, centenárias. Como é a razão para a existência, no Brasil, de instrumentos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, destinados a acompanhar os movimentos concentradores ocorridos. O mesmo se pode dizer dos bancos centrais, das agências reguladoras, das comissões de valores mobiliários. Acompanhar os movimentos do mercado e combatê-los quando se configurarem perniciosos, quando se revelam uma tendência ao monopólio, ao *dumping*, ao cartel e outras formas que existem, mas não se devem expandir.

A juízo dos teóricos desta concepção, dentre eles os keynesianos, os ciclos têm certa *naturalidade*, mas a crise, a acerbação do declínio, decorre da falta de marcos regulatórios e sistemas de controle e monitoração da economia. Significa dizer que os bancos e financeiras, no caso da crise presente, operaram com excesso de liberdade e abusaram da oferta de crédito, admitindo mutuários sem capacidade de arcar com seus compromissos. Vale lembrar agora - ainda que devamos voltar ao assunto - que o oferecimento de crédito sem medida e controle

⁷ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (2005). *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, p.739.

já ocorreu do lado da oferta, quando as construtoras receberam, também sem seletividade, linhas de financiamento fartas.

Efetivamente, não foi difícil observar esta superfície da crise, pela inadimplência e a seguir pela devolução/entrega dos bens penhorados, por parte de desesperados devedores. Como se tem comentado, as pessoas perderam suas casas e moram nos automóveis, sem saber por quanto tempo poderão manter os automóveis, também penhorados. Praticou-se um tipo de empréstimo quase que absolutamente incerto a que então bem humorados operadores denominaram empréstimos NINJA: *No income, no job, no assets*. Sem renda, sem emprego e sem garantia. O que esperar de alguém nesta situação senão o calote? Mais elegantemente, estes empréstimos passaram à história como *subprimes*.

Cabe, portanto, criticar a falta de regulação ou o seu desrespeito. Diz-se que o *xerife do mercado*, o Federal Reserve, foi desatento, descuidado, e deixou que se praticassem infrações e se desconsiderassem as leis que ordenam juridicamente o sistema de crédito. A ótica desta interpretação dos fatos não comprehende ou desconsidera que os xerifes são assim mesmo. Eles prendem os bandidos quando os bandidos incomodam a sociedade ou o sistema, não quando os bandidos cometem crimes. Ademais, os Estados Unidos, pelo menos aquele que viveu sob Bush, cultivava o conservadorismo econômico, tanto quanto o religioso. E cultivava o conservadorismo, religiosamente. O Estado deveria se manter longe da economia, salvo quando se tratasse de defender os interesses dos grupos econômicos participantes do poder. Esta fé nos postulados de Say e Smith, para quem a oferta cria sua procura e a auto-regulação do mercado é uma revelação sagrada, isto que Soros chama de *fundamentalismo de mercado*, talvez explique porquê Henry Paulson, o Secretário do Tesouro norte-americano, na época, deixou o Lehman Brothers ir à concordata com a frase de que não colocaria mais um centavo no sistema financeiro.

Paulson errou, no entender dos keynesianos. Não apenas ou principalmente quando deixou o Lehman Brothers *quebrar*, mas quando se convenceu de que o

sistema pode operar sem regras e as regras remanescentes podem funcionar sem fiscalização.

Portanto, a crise será superada com a ação do Estado: ação reguladora, fiscalizadora e protetora. Refinanciadora, principalmente, capaz de sustentar o sistema, recuperar a confiança dos agentes e nos agentes. Para isto, o dinheiro público, obtido com a cobrança de tributos (que os neoliberais querem diminuir), ou o dinheiro obtido com a exportação, que constituem as reservas cambiais, nacionais e (porque não repetir?) públicas devem ser colocadas a serviço desta proteção. Até que passe o tempo, volte-se a crescer, o povo esqueça que pagou a conta e as empresas sejam entregues aos mesmos ou outros empresários, nos futuros programas de privatização.

Não se pode atribuir a Keynes os comportamentos perdulários que acompanham a política econômica keynesiana. Os teóricos formulam as soluções dos problemas, mas eles freqüentemente não ficam na vida para zelar por elas.

1. 3. As causas segundo os marxistas

A terceira explicação entende que a crise é resultante da contradição fundamental do capitalismo: produção social versus a apropriação individual. Isto é, a crise não seria tão natural assim, mas uma criação, irmã gêmea da sociedade dividida em classes. Em outras palavras, a crise é inerente ao capitalismo. Como observa Mandel, “*houve 20 crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares (...) Supor que uma doença que se repete 20 vezes tenha, a cada vez, causas particulares e únicas, fundamentalmente estranhas à natureza mesma do doente...é claramente inverossímel e ilógico*”.⁸

Ultimamente, esta explicação – a contradição entre a produção social e a apropriação individual – tem encontrado dificuldade de ser compreendida, não porque a crise se tenha naturalizado, mas porque a própria divisão de classes, a formação capitalista, a desigualdade, tudo isto vem sendo encarado como natural,

⁸ MANDEL, Ernest (1990). *A crise do capital, os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 136.

até por quem não deveria fazê-lo. É fácil observar a perplexidade das platéias quando se fala desta contradição, porque a grande parte dos homens e mulheres foram e estão sendo educados na convicção de que não há outra alternativa de vida societária. Quando Fukuyama anunciou o fim da história, em seu conhecido livro *O fim da história e o último homem*, não estava fazendo uma predição ou um anúncio científico, mas uma constatação acerca da ideologia - aquilo de que Cazuza sentia falta para viver. Objetivamente a história continua, mas ideologicamente ela acabou. A ideologia dominante parece ser incontestada. A história das ideologias parou. Nada há como alternativa. Diz Fukuyama que “*se os homens são incapazes de afirmar que um determinado modo de vida é superior a outro, então voltam à afirmação da vida em si, isto é, o corpo, suas necessidades, seus temores, fazendo da autoconservação a primeira de todas as coisas*”⁹.

Toda ideologia, seja no sentido do jovem Marx, seja no sentido do velho Marx, é uma construção social. A ideologia no sentido de projeto de sociedade precisa ser reconstruída para que se compreenda a contradição fundamental do capitalismo e que a estupefação que hoje se vê nas platéias dos debates, ao se ouvir falar dela, não se apresente de modo tão chocante. Sem esta reconstrução não há como compreender a contradição fundamental e muito menos percebê-la como superável. Por um motivo ou por outro, vale, portanto, relembrar a interpretação marxista com brevidade.

Segundo Marx, a luta de classe econômica se caracteriza pela extração de valor trabalho, por parte dos empregadores, em detrimento dos trabalhadores, que se pauperizam na medida em que a classe dominante, a burguesia, acumula. São criadas riquezas que se devem transformar em mercadoria e não apenas em valor de uso. A etapa da mercadoria (M) ser trocada por outra mercadoria (M'), seja pelo escambo, seja pela intermediação do dinheiro (M-D-M'), passou. Agora, o que se promove, no sistema, não é a satisfação pelo valor de uso, mas a satisfação pelo valor de troca e a acumulação do meio de troca – que é

⁹ FUKUYAMA, Francis (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 368.

reinvestido na produção ou em ativos financeiros e bancários. Portanto, o bem produzido não é destinado a ser mediado em favor de outro bem. O bem produzido é mediador do dinheiro e se destina a converter-se em mais dinheiro (D-M-D'). As grandes quantidades de bens não se distribuem entre os seus produtores. As unidades produzidas dos bens são apropriadas individualmente - ou no máximo por pequenos grupos de capitalistas - e se destinam ao mercado; precisam de compradores. Estes compradores, não bastam ser milhares. Precisam ser milhões, porque, desde Ford, a produção alcança a casa dos milhões, uma produção em massa em busca do mercado de massa. Mas esta massa, estes milhões não dispõem de renda suficiente para corresponder à oferta. Além disto, a produtividade crescente vai diminuindo relativamente o contingente de empregados e por extensão a massa salarial. Tem-se portanto uma combinação de fatos de fundo contraditório: uma produção maciça, grandes lucros e um enorme volume de capitais que se depositam em bancos. Há necessidade de fruir lucros financeiros destes capitais, por isto a oferta generosa de financiamento para a produção. De outro lado, uma massa de consumidores sem poder aquisitivo na proporção necessária. Verifica-se o oferecimento de crédito farto para render juros e fazer face à insuficiência de renda dos consumidores. Estes, por seu turno, não têm como repor os capitais emprestados porque, em grande parte, são credores *no income, no job, no assets*. Ou, falando de modo oficialmente técnico, são *subprimes*.

Portanto, estes financiamentos e créditos fáceis, concedidos a quem não pode arcar com eles, não se dão por falta de controle das autoridades monetárias, mas porque, se isto não acontecer, o sistema pára. Em outras palavras, a facilidade de crédito tem em vista que o sistema continue a produzir e a vender, mesmo sabendo-se que isto sofrerá um corte, em dado momento, porque os capitais não retornarão inteiramente aos bancos, porque nem todos os credores pagam. Além do impacto negativo do não-retorno dos capitais emprestados, há o impacto sobre o crédito, no sentido original que esta palavra tem: confiança. Instalada a crise de crédito, a velocidade da circulação de mercadoria cai e a crise se explicita. Caso os bens fossem produzidos para cumprir com seu valor de uso,

a produção fosse social e a apropriação social, os milhões de unidades produzidas seriam distribuídos pelos seus produtores, não havendo superprodução/subconsumo. Não haveria necessidade do crédito, senão para a produção dos bens e a rigor nem para isto, porque não haveria capital, mas apenas dinheiro, como meio de troca.

Esta concepção de vida societária – sem capital, sem capitalista - tornou-se aparentemente tão remota, que a sua cogitação parece extemporânea e certamente algum leitor terá um estranhamento ao vê-la reaparecer assim, de modo tão indisfarçado. Este estranhamento é um dos elementos que dificultam a compreensão da explicação marxista da crise. Passa-se um tempo razoável para compreender que se está dizendo que há algo muito errado no sistema capitalista e este algo muito errado é exatamente aquilo que a grande maioria da sociedade entende como natural ou entende como o certo. Ora, os empresários *produzem* imóveis para vender e obter lucros, pagar os custos, dentre eles os salários dos seus empregados. E *la nave va*. Como seria diferente?

O marxismo é uma teoria radical e ser radical é ir a raiz das coisas. A explicação marxista por isto vai olhar a crise, não como um fato circunscrito ao mercado financeiro, mas como expressão de um todo, o capitalismo. É o capitalismo que produz a crise, porque ele é crítico, ele está de cabeça para baixo, invertido: “*os homens e suas relações nos surgen invertidos*”.¹⁰ Surgem invertidos porque “*ese Estado, esa sociedad producen la religión, que es una conciencia del mundo invertida porque ellos mismos son um mundo invertido*”.¹¹ Portanto, a explicação marxista da crise acusa como responsável a inversão da distribuição de uma produção que se realiza por muitos e é apropriada por poucos. A “superprodução” precisa do crédito farto e o crédito farto corre risco até ultrapassar os limites. Como o marxismo não veio apenas para interpretar o mundo, mas para transformá-lo, segundo o próprio Marx, ele pretende colocar os homens e as suas relações de cabeça para cima. E afirma que isto ocorrerá um

¹⁰ MARX, Karl (1974). *A ideologia alemã*. Lisboa: Martins Fontes, p. 25.

¹¹ MARX, K.(1971). *Critica de la realidad social*. IN: LENK, Kurt (Org.).// *concepto de ideología - textos escogidos*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, p. 87.

dia. Inclusive a harmonia da produção social com a apropriação social. Neste sentido é que a sua visão da crise se estende a uma antevisão.

2. As formas contemporâneas de superação da crise

Como sair da crise? Como superá-la? Tal como podemos identificar explicações para o fenômeno da crise, também podemos observar os caminhos que se tomam para enfrentá-la, de certo modo associados a cada explicação.

2.1. Lutas intra/interclasse e o fundo do poço

Metodicamente, tomemos a primeira e mais básica das terapias, aquela que segue o padrão liberal.

Em programa de debates na Globonews, no dia 15 de março de 2009, José Rubens de la Rosa, diretor-geral da MARCOPOLÔ, empresa produtora de carrocerias de ônibus, soltou uma frase a que Nelson Rodrigues classificaria como um “óbvio ululante”: “a crise acaba quando parar de cair”. Apesar disto, a compreensão deste fenômeno não é tão óvia. Porque a rigor supõe-se que a crise é uma ameaça a todos, razão porque não haveria fundo do poço, onde se pára de cair. Haveria sim a intervenção salvadora, que sustentaria a crise, à certa altura. Não pararia de cair, mas estaria segura no ar.

A frase de De la Rosa quer dizer exatamente o contrário. Ele está dizendo que a crise irá ao fundo do poço, porque a crise desencadeia um processo de luta intraclasse e interclasse, que interessa as partes que detêm o poder econômico e político, na conjuntura da própria crise. Este processo poderá ser interrompido e não levar a crise ao ponto zero. Mas isto dependerá do peso dos segmentos de classe e das classes, no Estado. Portanto, no poder. Esta dimensão política da crise é decisiva, a partir de certo momento em que os fatores endógenos à economia não respondem e os números começam a revelar descontrole e

descrérito, no duplo sentido desta última palavra. Então, o Estado é chamado a intervir, inclusive por liberais e neoliberais.

Vale acrescentar que a crise tem graduações diferenciadas de conformidade com o ramo de negócio. Há setores que crescem com a crise e há setores que sofrem menos com ela. Ir ao *fundo do poço* depende, portanto, de aspectos estruturais e politicamente conjunturais. Um setor como o setor da segurança privada ou do turismo interno pode beneficiar-se da crise. Um setor como o setor imobiliário ou automobilístico pode receber tratamento diferenciado, para evitar o “fundo”, como aliás aconteceu nos EEUU e no Brasil, que incentivou fiscal e crediticiamente a construção civil e desonerou parcialmente do IPI a venda de veículos automotores e alguns eletrodomésticos.

Este detalhe dos ciclos não passou desapercebido por Kalecki em seu estudo sobre a dinâmica econômica. No tópico intitulado *O “teto” e o “fundo”*, do capítulo 11 *O mecanismo do ciclo econômico*, Kalecki observa que

*“depois que a elevação da taxa de investimento se tiver detido e o nível das atividades econômicas se tiver mantido por algum tempo nesse ‘teto’, o mecanismo do ciclo econômico começa a operar. Os investimentos começam a cair...[...]. Surge a questão de saber se existe um ‘fundo’ para a depressão, da mesma forma que há ‘teto’ para a fase de prosperidade. Certamente existe ‘fundo’ no caso do investimento em capital fixo, uma vez que seu valor bruto não pode cair abaixo de zero”.*¹²

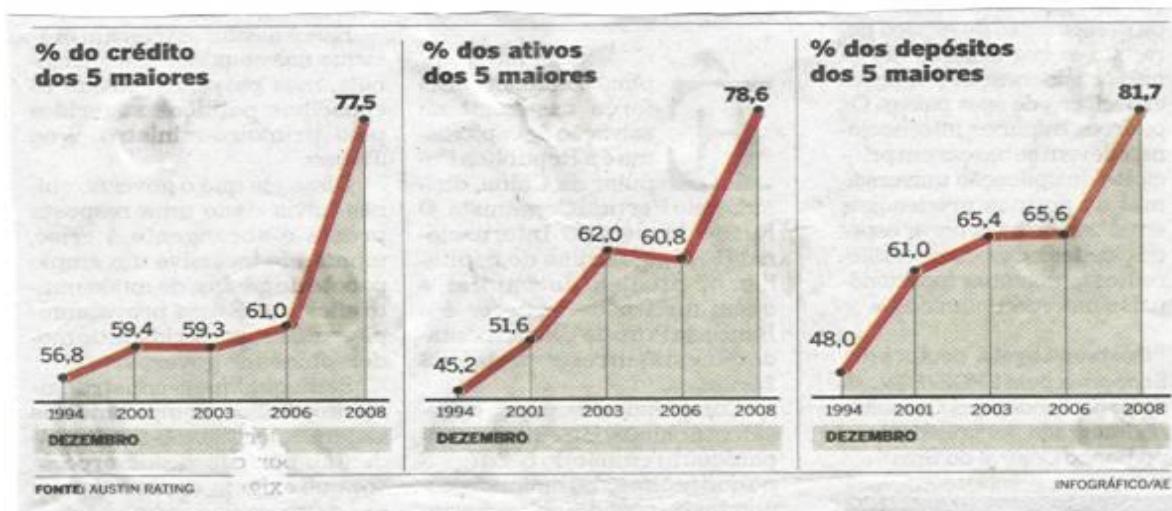
2.1.1. Na luta intraclasses, os segmentos da classe dominante travam uma batalha autofágica, expressa pelas fusões, incorporações e aquisições. Por isto, se diz com razão que, nas crises, nem todos perdem. Certamente que várias organizações de diferentes setores estão avançando sobre os escombros de suas concorrentes, como já ilustramos fartamente. Bancos melhor posicionados absorveram bancos em crise terminal. Um processo que foi acentuado no final do ano de 2008 e início de 2009, mas que continua. Recentemente, poucos dias antes da conclusão deste artigo, o Crédit Mutuel adquiriu a filial do Citigroup, na Alemanha. Como, antes, em setembro de 2008, o Barclays comprou o simbólico Lehman Brothers, o Wells Fargo adquiriu o Wachovia, naquele outubro, e outros bancos compraram outros bancos, a seguir.

¹² KALECKI, Michal (1978). *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, p. 157.

No Brasil, o jornal O Globo destacou em uma de suas manchetes econômicas, na página 34, da edição de 7 de outubro de 2008: *Grandes bancos estrangularam pequenos para comprar carteiras*, com sub-título: *Instituições corriam risco de quebradeira*.

Brasil: 1994-2008

Movimentos da concentração e centralização bancária



Fonte: Austin Rating

A agência de classificação de riscos Austin Rating e as estatísticas do Banco Central revelam uma enorme concentração bancária também no Brasil. A participação dos 5 maiores bancos no Brasil (Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica), no total do crédito, passou de 57%, em dezembro de 1994, para 76%, em dezembro de 2008. Esta concentração se expõe de modo mais evidente quando se olha por dentro do controle financeiro: os ativos destes bancos, considerando os mesmos extremos de tempo, 1994/2008, passaram de 45,2% do total de ativos bancários para 78,6%; e os depósitos assustadoramente saltaram de 48,0% para 81,7% nestes bancos, no período referido. Significa que mais de 80% dos depósitos estão em posse destes bancos. É necessário destacar que o salto mais significativo se verifica entre 2006 e 2008. Qualquer analista vai

concluir que a oferta de crédito, que no Brasil caiu quase 30% em 2009, tende a se tornar baixa e cara, na circunstância de tamanha concentração. Para não falar de outros inconvenientes à luz do discurso da economia de mercado e da sua elogiada concorrência.

Cabe retornar à observação, porque muito pertinente ao nosso assunto central – a crise – de que há um salto de 2006 para 2008, neste fenômeno de concentração bancária no Brasil. Leiam os gráficos e vejam como o crédito, os ativos e os depósitos se concentram nos anos que prenunciam, e naqueles em que ocorrem, os sinais mais evidentes da crise.

Conforme o Financial Times, o volume de fusões e aquisições realizadas apenas no primeiro trimestre de 2007, quando a crise estava posta em todos os seus ingredientes, chegou a patamar próximo do crash de 2000, quando estourou a bolha da *economia ponto com*.

Vale um parêntesis sobre a data em que se abre a crise. Segundo Soros, “*o início da atual crise financeira pode ser oficialmente fixado em agosto de 2007. Foi quando os bancos centrais se viram obrigados a intervir para dar liquidez ao sistema bancário*”.¹³ Se esta data é a data oficial, considerando a intervenção dos bancos centrais, pode-se assegurar que oficiosamente e praticamente a crise já estava colocada bem anteriormente. Já no primeiro semestre, o mesmo número de junho de 2007, do L’Internacionaliste a que nos referimos, publicava que “*Christopher Dodd, président de la commission bancaire du Sénat américain, évalue que 2,2 millions de familles, incapables de rembourser la dette de leurs emprunts, perdront leur Maison*”.(L’Internacionaliste).¹⁴ Antes, a Bloomberg News, agência de notícia norte-americana, já anunciara que “mais de 130 mil imóveis entraram em fase de execução hipotecária nos EUA, em fevereiro”, segundo editorial preocupado do jornal brasileiro O Estado de São Paulo, de 28 de março de 2007, página B2. Portanto, já no primeiro semestre de 2007 a crise estava aberta. É possível que Soros tenha razão ao dizer que “o início... pode ser oficialmente fixado em agosto

¹³ SOROS, George (2008). *O novo paradigma para os mercados financeiros*. Rio de Janeiro: Editora Agir, p.12.

¹⁴ L’INTERNATIONALISTE. *La bulle immobilière et la vague de fusions illustrent l’économie de la dette*. Paris: S.A.R.L.Editions internationaliste, VIIIe anné, nº 91, p. 9, juin,2007.

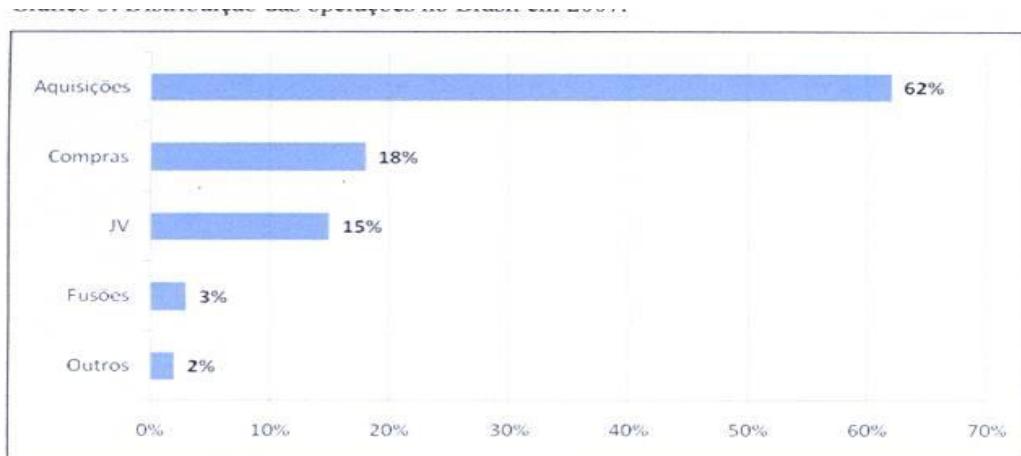
de 2007". Mas se trata apenas de uma data solene, como hoje em dia se fazem os anúncios de casamento. As preliminares já aconteciam.

Retornando às fusões, os acordos anunciados alcançaram à casa dos 1.130 trilhões de dólares, isto é, 8,8% do PIB mundial (Ibid)..

A expressão *acordo* está na mesma proporção de veracidade que a expressão *fusão*. Ambas passam a idéia de que as empresas se reuniram para melhores negócios para ambas. Trata-se de uma das ilusões de ótica e de verbo.Tomemos por exemplo o caso do Brasil, exposto pela Pricewaterhouse.

Brasil-2007

Distribuição das operações de fusão e incorporação



Fonte: PricewaterhouseCoopers (2007).

Fonte: PricewaterhouseCoopers, 2007.

Vale esclarecer que a diferença entre Aquisição e Compra é que esta última está relacionada à participação minoritária. A Aquisição representa o controle acionário.

Pelo que se pode observar, as operações são essencialmente de aquisições e compras, restando pouco para os acordos estratégicos que não são determinados pela fragilidade de uma das partes. Segundo os especialistas, consiste em raridade os casos de fusão efetivamente, quando empresas em igual

situação se unem para desenvolver alguma estratégia especial.¹⁵ Trata-se portanto de um processo de canibalismo entre grupos que vivem uma situação extraordinária em período de crise, quando a luta intraclass, isto é, no interior da classe dominante, se torna aguda.

Em todos os ramos da economia verifica-se, no momento em que escrevemos, um extenso processo de centralização por aquisições e compras. Podemos relembrar: a Dow Chemical adquiriu sua concorrente, a Volks prepara-se para adquirir a Opel, como a FIAT absorveu a Chrysler, a Exxon compra a Móbil, a Rhodia consome a Hoeschst, a Tico ganha a AMP, no ramo da eletricidade, a Siebe a BTR, na engenharia, a International Paper incorpora a Union Camp, a Agra Empreendimentos compra a Klabin Segall, a América Online a Netscape, a British se prepara para absorver a Ibéria, como a Ocean Air, mais modestamente, incorporou a BRA, e hoje, 19 de maio de 2009, a Perdigão fundiu-se com a Sadia, em estágio falimentar, nesta vaga de centralização aparentemente sem fim. A revista *Veja Economia e Negócios*, de abril deste ano, estampa a manchete de sua matéria central: *O mundo à venda - a ressaca da crise financeira gera uma onda de fusões de empresas.*

Na maioria casos, como a incorporação a que já fizemos referência, da Rohm and Haas pela Dow Chemical, processam-se as duas lutas, porque além de tragar a concorrente, a empresa vitoriosa reduz o contingente de trabalhadores. A Agência France Press noticiou, em 9 de março passado, que “a compra do grupo químico americano Rohm and Haas por seu concorrente Dow Chemical provocará o corte de mais 3.500 postos de trabalho que vão se somar aos 6.500 anunciados antes pelos dois grupos, confirmou a Dow Chemical nesta segunda-feira.”

A luta intraclass é uma forma acentuada e radical de concorrência, mas pelo que se tem observado, as negociações não deixam o perdedor na miséria. Os jornais noticiaram fartamente, para escândalo dos mais atentos, que os gestores da crítica seguradora AIG, beneficiária dos favores do Estado norte-

¹⁵ EVANS, Paul, PUCIK, Vladimir, BARSOUX, Jean-Louis (2002). *The global challenge*. Boston: McGraw-Hill.

americano, foram premiados com gratificações milionárias. Em números redondos, a seguradora recebeu U \$ 170 bilhões dos cofres públicos e pagaria bônus de US\$ 9,6 milhões a 50 executivos. Assim também as empresas, como a GM, recebem, por menos que recebam, tratamentos privilegiados, muitas vezes com fundos públicos. Aqui entre nós, no Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em campanha pela preservação do emprego dos 4.200 trabalhadores demitidos pela EMBRAER, em fevereiro de 2009, denunciou que a empresa distribuiu em bônus R\$ 50 milhões entre 12 diretores. A empresa, que recebeu ajuda creditícia pública através do BNDES, em sua resposta, publicada no Caderno Economia, de *O Globo* de 23 de março de 2009, não pareceu negar. Ali se lê que esta prática é extensiva a todos, porque há participação nos lucros para os empregados, categoria onde se colocam, pelo menos neste caso, os seus diretores. Na mesma reportagem, noticia-se que na véspera, 22 de março, quatro diretores do banco francês *Société Générale* desistiram de bônus milionário que tinham recebido no começo de março. Mas para isto houve pressão popular e do próprio governo da França. Caso contrário, teriam recebido os bônus na discreção de suas contas protegidas pelo sigilo bancário.

2.1.2. Na luta interclasse, a classe dominante, como um todo, procura repassar as perdas para os trabalhadores. Alguns setores vão mais adiante: procuram avançar no plano dos direitos, de modo que, durante e no retorno da crise, as suas posições estratégicas sejam mais confortáveis. No dizer da teoria estratégica, estes setores transformam ameaça em oportunidade. Esta é a razão porque vários *especialistas* vão a público falar da necessidade, para enfrentar a crise, de reformar a previdência pública, reformar as leis trabalhistas e reduzir despesas e vantagens dos servidores públicos.

Os grandes jornais do Brasil, a partir de abril de 2009, em plena crise, desencadearam uma campanha de denúncia dos gastos públicos. O caderno Dinheiro, da Folha de São Paulo, de 12 de abril de 2009, trouxe detalhada reportagem sob título *Aumento de gastos com servidores supera inflação*, referindo-se ao fato de “as despesas com o funcionalismo em Estados sobem

25,2% em dois anos, ante IPCA de 10,6%”. A União também é alvo de ataque, acusada de elevar as despesas em 26,2%. Antes, já em 7 de setembro de 2008, o jornal O Globo abriu em sua primeira página a manchete *Número de servidores sobe 27% e já passa de 1 milhão*. No interior da matéria, ainda em primeira página, o jornal comenta que “o ritmo de crescimento da máquina pública desperta críticas na oposição e preocupa especialistas”. Os *especialistas* citados pelo jornal é apenas uma professora da UFRJ. Mas não faltam *especialistas* na academia para afirmar o mesmo.

No entanto, os relatórios dos Tribunais de Contas revelam que os Estados, em 2008, se encontravam dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo máximo de despesas com pessoal é de 49,5% do Orçamento Anual. Na verdade, o limite chamado de *prudencial*, na LRF, de 46,55%, não foi alcançado por qualquer dos Estados da Federação brasileira e, salvo o Acre, Minas Gerais e a Paraíba, cujos gastos estavam na casa dos 45%, todos os outros se distanciam disto. O Rio de Janeiro tinha, naquela data, apenas 23,91% de suas despesas com o funcionalismo do Estado, o que configura uma situação de irresponsabilidade no sentido oposto. Significa baixíssimo investimento no serviço público que atende à população fluminense. Sem falar da péssima remuneração do Estado aos seus servidores, o que também denota má administração da coisa pública.

Os *especialistas* exercitam a criatividade e montam arquiteturas novas para as relações e contratos de trabalho, freqüentemente classificadas como flexíveis. Banco de horas, contratos provisórios, terceirizações, trabalho temporário etc – uma gama de precariedades e negociações leoninas vão se verificando na relação capital-trabalho, em época de crise. As sugestões e iniciativas ganham aceitação diante do mal maior: o desemprego e a recessão. Os economistas Edmar Bacha e Ilan Goldfajn organizaram uma coletânea de textos exemplares deste receituário conservador e repetitivo e o publicaram, em 2009, sob título *Como reagir à crise? Políticas Econômicas para o Brasil*.¹⁶

¹⁶ BACHA, Edmar e Goldfajn, ILAN (2009). *Como reagir à crise? Políticas Econômicas para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Imago.

A luta que se trava entre classes é, como de hábito, mais profunda e cruel. Ela se revela no 1. desemprego 2. sub-ocupação 3. redução de remuneração 4. corte nas despesas públicas sociais 5. Perda de direitos trabalhistas.

No plano do desemprego, nos EUA completou-se em fevereiro 14 meses seguidos de queda na taxa de ocupação, batendo a quantidade de 3,5 milhões de desempregados, o equivalente a 8,5% sobre a PEA. Em abril, quando fechamos este artigo, o desemprego nos EUA havia chegado a 4,7 milhões de trabalhadores, falando-se apenas do setor privado, passados 16 meses. Chegou-se ali ao recorde de trabalhadores no seguro desemprego: 5,56 milhões de segurados recorreram ao direito. No Brasil, cresceu o número de desempregados e a taxa média de desemprego batia em 8,5%, em abril passado. O Globo de 29 de abril de 2009 estampa a manchete *Sangria no FGTS*, referindo-se aos saque de R\$ 12,9 bilhões realizado de janeiro a março de 2009, R\$ 3 bilhões a mais que no mesmo período de 2008. A notícia diz ainda que 66% deste saque se deram por desemprego sem justa causa - isto é, demissões por interesse da empresa. A mesma taxa de desemprego do Brasil se observava na média dos 16 países da zona do Euro, com casos extremos como a Espanha, 15,5 % de desempregados, e países do Leste, onde a taxa de desemprego oscila entre 13 e 14%. A previsão da OIT é de que a crise gerará este ano 38 milhões de desempregados.

O número de sub-ocupados, no Brasil, que havia caído de janeiro de 2003 para janeiro de 2008, reduzindo-se de 1.035,290 para 638,77, voltou a subir, chegando a 709 mil em janeiro e se aproximando dos 800 mil em fevereiro. Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, publicado em fevereiro, o subemprego cresceu 11% quando comparado ao mesmo mês, em 2008. Seguiu a tendência que em dezembro já havia registrado, segundo a mesma fonte, 10,2% de incremento na sub-ocupação.

Os trabalhadores da indústria paulista já estão com menos 10% em sua renda média. A rigor, todos os trabalhadores sabem que o desemprego é acompanhado da redução dos salários, exatamente pela desvalorização da

mercadoria força de trabalho. Uma desvalorização que, ao se instalar, tende a impor novos patamares de negociação salarial.

Cabe observar que a recuperação das taxas de emprego se verifica de modo mais lento, porque, na luta de classe econômica, há, como de resto em todas as lutas, o oportunismo da situação. Paul Krugman, em sua coluna do New York Times, republicada pelo Jornal do Brasil de 16 de abril passado, comenta que “mesmo quando [o pior] passar, não terá passado. O desemprego ainda continuou a crescer por um ano e meio depois do fim oficial da recessão de 2001”. Ele se refere ao estouro da bolha ponto.com, em final de 2000, e à recessão que se seguiu.

No plano das políticas públicas, nos EUA, a receita tributária despencou 33%. No Brasil, o mesmo acontece, em proporção menor, medida em fevereiro de 2009 como uma queda de 11,53. Vale dizer que o bimestre do ano manteve superávit, porém se o superávit deste ano foi de R\$ 3,04 bi, o bimestre de 2008 acusou superavit de R\$ 20,5 bi. Não é um alerta. É um alarme. O suficiente para cortes orçamentários da ordem de 12%, no total, implicando em perdas para os ministérios da saúde(6,6%) e da educação (10%), da Cidade (36%), do Desenvolvimento Agrário (32%), do Desenvolvimento e Combate à Fome (21%), do Trabalho e Emprego (45%), da Justiça (43%), da Previdência (32%) e do Meio Ambiente (44%), além de outros, o que significa maior precarização do público.

Este é o processo pelo qual a economia capitalista se recompõe – através de cruentes lutas no interior da classe dominante e da classe dominante contra a classe dominada. Esta linguagem de *dominante* e *dominada* tem sido, a propósito, exorcizada, como parte do esforço para exorcizar a própria luta de classes. Mas ela existe. Como diria um contador mais atento: para o empresário, salário é custo; para o trabalhador, salário é renda. Já é um bom motivo para animado *cabo de guerra*.

2. 2. A reabilitação do keynesianismo

Uma segunda alternativa pode igualmente ser observada. A solução keynesiana. Não seria justo dizer que esta solução está renascendo, dado que durante os idos do neoliberalismo jamais deixou de ser um recurso conveniente. Além disto, algumas instituições keynesianas, instrumentos de controle do investimento, do emprego e da propensão a poupar e propensão a consumir, continuaram atuantes. Referimo-nos aos bancos centrais, às comissões de controle imobiliário, às agências reguladoras, aos bancos de fomento e aos planos de investimento infra-estruturais, como no Brasil temos o Plano de Aceleração do Crescimento. Orlando Leiva, baseado em dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, traz a informação de que o investimento público sobre o investimento privado, nos EUA, apesar do discurso de Estado mínimo, cresceu de 1970 a 2005, passando de 10,2% a 20,8%.¹⁷ Deve-se dizer porém que a reabilitação do keynesianismo é uma solução com impacto político e ideológico sobre o *pensamento único*, neoliberal, cujas bases, a bem da verdade, já se encontravam abaladas.

Há, portanto, um significado auto-crítico nesta solução.¹⁸ Por isto, cabe tratá-la a partir daquele ponto abandonado – o reconhecimento da contradição fundamental entre a produção social e a apropriação individual. Na solução keynesiana, não se exige que o leitor se sinta comprometido com a antevisão marxista que acompanha a crítica do capitalismo, a sociedade comunista, em que se retornaria à divisão social da produção social. Considera-se possível conviver com a pragmática compreensão de que a contradição existe e jamais será sanada, porque a história acabou. Neste caso, estaríamos diante de um Marx positivamente científico, aquele que Zizek diz ser lido em Wall Street, o Marx que expõe as vísceras do capitalismo, mas não o mata.

Em abril passado, Edmund Phelps, em artigo no Financial Times, republicado na Folha de São Paulo de 19 de abril, escreve, a propósito da crise,

¹⁷ LEIVA, Orlando Caputo (2009). “A economia mundial e a América Latina no início do século XXI”. In: Martins, Carlos Eduardo e Valêncio, Adrán Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 142.

¹⁸ É interessante ler o artigo de Bresser Pereira, na Folha de São Paulo do dia 3 de maio de 2009, intitulada *Fim da era Thatcher*. O ex-ministro, que comandou a reforma do Estado brasileiro, com todas as receitas neoliberais, denuncia o neoliberalismo como responsável por tudo que há de ruim na sociedade contemporânea, poupando-o apenas da culpa pela gripe suína

que “todos estes fenômenos foram percebidos por Marx, já em 1948”. Phelps, diretor do Centro de Capitalismo e Sociedade da Universidade de Colúmbia, prêmio Nobel de economia em 2006, não é um marxista, antes o contrário. Seu referido artigo, sob título *Incerteza perturba até os melhores sistemas*, tem como sub-título a afirmação de que “não existe explicação moral coerente para abandonar o capitalismo, o que não exclui a necessidade de reformas”. Talvez seja um exemplo de autoridade, ainda que não o único, em que o marxismo serve de diagnóstico, mas não de receita.

É esta postura, diante do marxismo crítico da economia política, que também fez o Ministro das Finanças alemão declarar, em face da crise, que “o marxismo está certo em muitos aspectos”. Para o Ministro das Finanças alemão, como para Phelps e outros, dentre eles os social-democratas, Marx tem razão, mas seu receituário é muito radical. Portanto, é possível sair da crise e até evitá-la, não necessariamente rompendo com o capitalismo, mas o fazendo mais generoso, de modo que seu processo produtivo não exagere nos efeitos destruidores da capacidade de consumo agregado das grandes massas.

Esta é a questão trazida pelos que compreendem o capitalismo como algo que deve ser reformado e não *negado*, no sentido que Hegel dá ao termo.

Mas as intervenções que o keynesianismo, o Estado de Bem-Estar Social, a social-democracia e outras formas episódicas de dirigismo estatal (facismo, populismo, economia de guerra, etc) fizeram não impediram que as crises cíclicas se manifestassem. Igualmente é verdade, porém, que o período compreendido entre os anos 1930 e 1970, não registrou nenhuma crise do porte daquela que se iniciou em 1929, a Grande Depressão. Nem desta que por ora se verificou, em escala mundial.

Vemos abaixo a tabela, baseada no Departamento de Comércio dos EEUU, com que Kalecki, em seu já referido texto *Teoria da Dinâmica Econômica*, ilustra a movimentação pré, durante e pós crise dos anos 1930:

Estados Unidos da América do Norte – 1929-1941

Renda Bruta do Setor Privado e lucros – Em bilhões de dólares

Ano	Renda Bruta do Setor Privado	Lucros s/ Impostos
1929	74,1	37,0
1930	65,9	31,4
1931	59,3	26,7
1932	48,0	20,2
1933	46,9	19,8
1934	51,9	22,8
1935	57,7	27,3
1936	65,5	30,5
1937	69,0	32,2
1938	64,3	30,1
1939	68,8	32,0
1940	75,9	36,3
1941	89,6	43,6

Fonte: Kalecki, Michal, 1978:104.¹⁹

A observação destes números, ainda que rápida, revela uma queda vertiginosa da Renda Bruta do setor privado, a partir da abertura da crise, pós-crack da Bolsa de New York. O mesmo acontece com os lucros, que despencam de U \$ 37 bilhões para U \$ 19,8 bilhões entre 1929 e 1933. Vale observar que os números de 1929 ainda não refletem a crise, explicitada em 24 de outubro

¹⁹ KALECKI, M. Op.Cit, p. 104.

daquele ano, portanto a pouco mais de dois meses do fim do exercício.²⁰ Mas, a seguir, o movimento é descendente. Continuamente descendente:em 1930, 1931, 1932 e 1933. Este movimento somente será interrompido, seja quanto à renda bruta, seja quanto aos lucros, em 1934, exatamente um ano após a posse de Franklin Roosevelt e a implantação do New Deal, implementado com o vigor das medidas de impacto dos hoje referenciais *100 primeiros dias*.

Alguns críticos do New Deal costumam afirmar que a saída da Grande Depressão somente se verificou após a entrada dos EEUU na guerra mundial. Mas os números informados pela tabela acima indicam que a partir de 1934 processa-se uma recuperação constante, interrompida por um repique negativo em 1938. Os Estados Unidos entram formalmente na guerra em 1941, após a declaração de 7 de dezembro, quando se anuncia o estado de beligerância com o Japão. É verdade que, em função do conflito, a marinha mercante norte-americana e a própria marinha de guerra já estavam operando no Pacífico anteriormente. A declaração de guerra entregue ao governo de Roosevelt, pelo Cônsul e o primeiro ministro da embaixada alemã, em 11 de dezembro de 1941, acusa os EEUU de estarem intervindo na guerra, inclusive militarmente, desde setembro de 1941. De fato, em 11 de setembro daquele ano, Roosevelt havia anunciado ao Congresso que em nome da proteção à marinha mercante havia ordenado à marinha de guerra e à força aérea a atirar contra qualquer ameaça aos navios norte-americanos. Portanto, ainda que se admita que o governo alemão estivesse mentindo ou exagerando, todas as evidências é de que os investimentos provocados pela segunda guerra já se faziam antes do estado de guerra ser declarado por americanos versus japoneses e alemães. Isto poderia explicar o salto de 1940 para 1941, notável na tabela acima, seja na renda bruta (de 75,9 para 89,6 bilhões de dólares), seja no lucro bruto (de 36,3 para 43,6

²⁰ * Quando se calcula o Produto Bruto de meio do ano a meio do ano, procedimento usual nas Estatísticas norte-americanas, registra-se uma razão aritmética semelhante aquela que se observa na tabela acima, de um ano para o outro. No caso de 1928, registrou-se um Produto Bruto de U \$ 80,6 bilhões e em 1929 de U \$ 79,5 bilhões (Kalecki, ibid: 200). Os lucros, também medidos de meio do ano a meio do ano, registram pequena diferença com 1929: U \$ 40,6 bilhões para U \$ 38,2 bilhões. Com isto, observando-se a tabela acima, se percebe melhor o quanto se acelera o processo de queda, após 1929, e o como a crise já se insinuava em 1928.

bilhões de dólares). Mas também é verdade que desde 1934, quando se registram os primeiros efeitos do New Deal, a economia americana começa a recuperar os números anteriores à crise.

Portanto, a despeito de tudo, fica suficientemente claro que a intervenção keynesiana ou outra forma de intervenção do Estado na ordem econômica ou com efeito sobre a ordem econômica (Estado do Bem-Estar Social, por exemplo ou Estado de Guerra), produz efeitos contra-cíclicos positivos. Ainda que não evite o ciclo.

No Brasil, o governo anunciou medidas para incentivar a construção civil, para estimular o crédito, para impulsionar a indústria auto-motora, para reativar as exportações, para estimular a construção civil, para incentivar os eletrodomésticos e não parece indisposto a outras iniciativas. Paulo Guedes, conhecido operador do mercado, na coluna Opinião de O Globo, sob título *Na rota do emprego*, calcula que a renúncia fiscal do governo, poderia chegar, em 2009, a aproximadamente R\$ 12 bilhões, considerando os cortes de Imposto de Renda, com as novas alíquotas criadas em 2008, 7,5% e 22,5%, (R\$ 5,6 bi), com a redução do IOF para empréstimos (R\$ 3,2 bi), com a redução do IPI para os automotores (R\$ 2,2 bi), para eletrodomésticos (R\$ 200 mi) e para material de construção civil, R\$ 600 mi (O Globo, 20.4.2009:7). Para se ter uma noção objetiva do significado dessa renúncia, seu valor é um pouco mais que toda a verba destinada a educação pelo Orçamento da União, em 2009.

Paralelamente, o Banco do Brasil dobrou o crédito do Cartão BNDES, destinado a pequena e média empresa, o BNDES expandiu seus desembolsos em 13% no primeiro trimestre, chegando a R\$ 18,7 bilhões de reais de janeiro a março, volume recorde de empréstimos, os bancos públicos reduziram juros e spreads e até a Caixa Econômica foi mobilizada para auxiliar as empresas, seja a Petrobrás, pública, seja a Braskem, privada, a quem a Caixa emprestou R\$ 600 milhões. Sem esquecer que a mesma caixa passou a financiar pacotes de viagem até mesmo para o exterior.

Outros países da América Latina operaram na mesma direção, seja promovendo deduções no imposto de renda (Equador, Chile, Argentina), seja

fazendo isenções sobre ganhos de capital (Peru), incentivando a contratação de mão-de-obra jovem e distribuição de bônus a famílias de baixa renda (Chile), ou criando facilidades para a repatriação de bens e recursos financeiros não declarados (Argentina).

Na Inglaterra, segundo a Folha de São Paulo de 8 de março de 2009, o governo britânico assumiu o controle do 3º maior banco do país, o Lloyds Bank, e anunciou garantias para os depósitos em poder do público.

Nos Estados Unidos, as operações de ajuda ao mercado vêm acontecendo desde 2008 e os cálculos desta ajuda variam de U\$ 50 bilhões a U\$ 1,6 trilhões, segundo O Globo em sua edição de 7 de outubro de 2008. Estão fora deste valor o plano de salvação da GM, previsto em U\$ 11 bilhões, que por seu turno não inclui os U\$ 15,4 bilhões injetados desde dezembro do ano passado.

Trata-se de um procedimento padrão. O que fez o FMI, em relatório intitulado *Lições da crise atual*, divulgado em 6 de março de 2009, dirigir alerta aos países que estão tomando estas iniciativas inevitáveis. O Fundo está preocupado com o endividamento público e o *déficit fiscal*, igualmente inevitáveis.

3. Conclusão

Feita esta identificação das saídas da crise, o que se pode dizer de novo sobre a relação Estado-Sociedade ou a relação Capital-Trabalho ou a relação Público-Privado? Que mudanças podem ser notadas ou se podem esperar?

Em que medida podemos supor que o Estado e a Sociedade podem sair da crise com padrões de relacionamento em que o público consiga empoderar-se e efetivar algum controle social sobre o aparelho estatal? Ou que a relação entre o público e o privado conterá algo em que o privado abrirá alguma parte de sua mão para um gesto de contribuição capaz de melhorar as condições ambientais, dar acesso popular à cultura e à arte, recuperar os hospitais públicos, as escolas, o transporte e outros meios e instituições que servem aos segmentos mais pobres da sociedade? Ou que a relação entre patrões e empregados terá referências humanizadas, com jornadas menos esgotantes, salários mais adequados, menos

desemprego, supressão das inúmeras formas de assédio moral, participação nos lucros ou outra medida reformista que reduza as desigualdades de vida ?

Em recente texto sob título *Socialismo fracassou, capitalismo quebrou; o que vem a seguir?* publicado no jornal The Guardian e reproduzido no site de *Carta Maior*, Eric Hobbsbawm, conhecido historiador, diz que “seja qual for o logotipo ideológico que adotemos, o deslocamento do mercado livre para a ação pública deve ser maior do que os políticos imaginam”(<http://www.cartamaior.com.br/templates/matéria>).

Mas os movimentos que podem ser observados nestes meses em que a crise é vivida com intensidade, não parecem indicar que o conceito de ação pública seja algo diferente daquilo que se fez nos anos 1930 e em outras ocasiões mais discretas. Talvez se deva dizer o contrário: que a ação pública sequer tem a ousadia do que se fez nos anos 1930, no plano social, e se limita a fazer, mais abertamente, o que fez e tem feito o Estado no plano econômico: administrar o sistema, no limite do intolerável.

A rigor, as duas saídas, tanto a neoliberal, quanto a keynesiana, ambas estão sendo desenvolvidas de maneira radical. As empresas engolem suas concorrentes com a ajuda do dinheiro público e outras sobrevivem com injeções financeiras da mesma fonte pública. O jornal Folha de São Paulo de 18 de abril traz a manchete *Volks ameaça passar Toyota e virar líder mundial do setor* e um sub-texto explica: *Empresa se beneficia de incentivos em países nos quais tem forte presença, como o Brasil.* As empresas que se mantiveram vivas, graças a ajuda do Estado, poderiam encher uma página deste artigo, desde a AIG, a irônica seguradora que não segurou a si mesma, até as referidas GM e a Chrysler, montadoras mundialmente famosas.

Mas, em paralelo, a mesma GM, que até o momento tem a estimativa de receber U\$ 26, 4 bilhões do erário público norte-americano, não recuou no programa de demitir 23 mil dos seus trabalhadores. Ela é apenas uma metonímia do que acontece em escala global. As estatísticas oficiais registram constantes demissões de trabalhadores, como já tivemos ocasião de ver em páginas passadas.

A despeito de tudo, não parece haver qualquer movimento significativo no sentido de alguma transformação daquilo que ao longo do século se fez hegemônico: o capitalismo, com suas características exacerbadas.

Nos Estados Unidos, Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do FMI, saúda a possibilidade de inércia do Estado em artigo para o Washington Post de 16 de setembro de 2008, sob título *Governo pode não se mexer? Que bom!*. O próprio FMI, que parecia ter aprendido alguma lição, retoma suas receitas, ao perceber que as condições políticas não mudaram. Como já vimos, o Fundo não só manifesta preocupação com as iniciativas governamentais dos inúmeros países, como recrudesce com um receituário que inclui congelamento de salário, corte dos gastos públicos e elevação da taxa de juros, conforme se lê no artigo *FMI: mais forte e impositivo*, publicado por Arnaud Zacharie, no *L'È Monde Diplomatique* de maio. Zacharie é professor das Universidades de Bruxelas e Liége.

No Brasil, os debates verificados na imprensa e as manifestações oficiais das entidades do comércio, dos bancos, das indústrias e do mundo político conservador reiteram o discurso das reformas estruturais, que em outras palavras significam a retomada da desregulamentação, da privatização e da minimização do Estado.

O caderno Economia de O Globo, em 7 de outubro de 2008, fez entrevista com Raul Velloso, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento no idos de 1990, em que ele afirma categórico: “ou o governo corta gastos ou vai assistir à economia despencar”. Daquela data em diante, o governo despejou gastos públicos sob variadas formas, desde a ampliação das linhas de crédito públicas até a renúncia fiscal de R\$ 12 bilhões – conforme já vimos – exatamente para não ver a economia despencar. No entanto, as entrevistas, dos chamados *especialistas*, a que os sistemas de comunicação dão amplo espaço, continuam nos mesmos termos. O próprio Velloso, na edição de abril-junho da revista MundoCorporativo, repete o que disse há quase um ano, como se absolutamente nada houvesse acontecido.

As condições políticas, vividas na atualidade, marcadas pela fragilidade dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos do trabalho estimulam a que a crise passe e não deixe qualquer expressão de mudança na face do capitalismo.

Conceição Tavares, em recente entrevista concedida ao *Jornal da UFRJ*, de maio passado, diz que “está em crise (é) o modelo de acumulação capitalista, não o capitalismo. E não estou vendo nenhum modelo socialista de produção à vista”. Sua percepção de que as reações anti-cíclicas não evoluiriam na direção de um projeto societário avançado é uma evidência. Mas, pior que isto, podemos ver que a crise não remeteu a qualquer reconhecimento de que o próprio modelo se tornou inexecutável. Afora os movimentos de concentração e centralização do capital e o reaparecimento na ribalta de um keynesianismo moderado, as manifestações que procuram sensibilizar os poderes para necessidades mais profundas não têm destaque na mídia, muito menos nos centros dirigentes.

Na Grande Depressão, dos anos 1930, a União Soviética, operava com taxas de crescimento elevadas, em contraste com o mundo capitalista²¹; os partidos comunistas cresciam e os sindicatos se consolidavam. Estas circunstâncias do modelo em crise forçaram o reconhecimento de que o capitalismo precisava organizar-se e introduzir concessões aos trabalhadores. Estas concessões repercutiram sobre toda a sociedade moderna, tornando mais amena a vida de milhões de seres humanos. Seguro desemprego, previdência pública, jornada de 8 e até mesmo de 6 horas de trabalho, estabilidade no emprego, fim do trabalho infantil, assistência social pública e um conjunto de serviços básicos expressos no *Welfare State* emergiram como resposta.

Esta crise é mais uma crise do capital. Cíclica. Passageira. Sem disputa contra-hegemônica. Suas mudanças não mudam em nada o essencial e até mesmo o secundário do sistema. São apenas, como diria o personagem de Lampedusa, para que as coisas continuem como estão. São mudanças, a ser cabível a palavra, sem nenhum interesse de repensar os métodos e muito menos a ética dominante. É uma crise conservadora em todos os sentidos – até mesmo em relação ao seu núcleo central, o sistema financeiro.

²¹ ELLMAN, Michael (1980). *Planejamento socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, p.135/6.

A humanidade, tudo leva a crer, ainda aguardará novas crises para poder assistir à sua colocação como centro de atenções dos poderes. Mas para isto ela não pode aguardar como quem espera, mas como quem busca.

OBSERVAÇÕES:

1.É interessante ler o artigo de Bresser Pereira, na Folha de São Paulo do dia 3 de maio de 2009, intitulada *Fim da era Teatcher*. O ex-ministro, que comandou a reforma do Estado brasileiro, com todas as receitas neoliberais, denuncia o neoliberalismo como responsável por tudo que há de ruim na sociedade contemporânea, poupano-o apenas da culpa pela gripe suína.

2.Quando se calcula o Produto Bruto de meio do ano a meio do ano, procedimento usual nas Estatísticas norte-americanas, registra-se uma razão aritmética semelhante aquela que se observa na tabela acima, de um ano para o outro. No caso de 1928, registrou-se um Produto Bruto de U \$ 80,6 bilhões e em 1929 de U \$ 79,5 bilhões (Kalecki, ibid: 200). Os lucros, também medidos de meio do ano a meio do ano, registram pequena diferença com 1929: U \$ 40,6 bilhões para U \$ 38,2 bilhões. Com isto, observando-se a tabela acima, se percebe melhor o quanto se acelera o processo de queda, após 1929, e o como a crise já se insinuava em 1928